

As divergências nos grupos do ativo como aspectos dificultadores à harmonização das normas contábeis no mercosul

Me. Fabiano Maury Raupp

professor substituto no Departamento de Ciências Contábeis da UFSC

RESUMO

Este artigo apresenta uma hipótese acerca da harmonização das normas contábeis no âmbito do Mercosul, formulada em fevereiro de 2004. Para tanto, aborda as modalidades de integração econômica, a necessidade de harmonização das normas contábeis, bem como as divergências nos grupos do ativo no Balanço Patrimonial divulgado pelos países-membros.

Palavras-Chave: divergências nos grupos do ativo, harmonização contábil, Mercosul.

ABSTRACT

Divergences in the Assets that damage the reconciliation of accounting rules in Mercosul

The present article presents a hypothesis concerning the reconciliation of the accounting rules in Mercosul, figured out in February 2004. In order to attain its aim it focuses on the patterns of economic integration, the necessity to harmonize the

accounting norms and the differences in the Assets as shown on the financial reports published by Mercosul state members.

Key words: divergences in the Assets, accounting reconciliation, Mercosul.

INTRODUÇÃO

O ambiente econômico internacional tem passado por profundas mudanças, tanto no contexto macrosocial das relações contratuais das organizações, como no ambiente microssocial das empresas. Esse cenário tem incentivado o desenvolvimento de novas formas de gestão, ou seja, modelos mais flexíveis, permitindo que as empresas tenham a capacidade de mudar tanto quanto lhes é exigido.

As várias mudanças que se processam em um mercado cada vez mais globalizado, aliadas à influência de novas tecnologias, têm incentivado muitos administradores a intensificar mudanças na estrutura da empresa onde atuam. Acompanhar os avanços propostos pela atual conjuntura é algo necessário, a fim de assegurar a continuidade das empresas.

O que há em comum entre esses acontecimentos, aparentemente diversos, é a idéia de que eles contribuem para pressionar as empresas a desenvolverem um maior conhecimento e racionalização de suas atividades internas, para que obtenham posições consistentes em relação ao mercado. Ao mesmo tempo, possibilitam uma rentabilidade individual das empresas perante o mercado global.

A influência dessas transformações também está chegando à Contabilidade. A classe contábil tem sido forçada a alargar os seus horizontes em relação aos vários desafios profissionais que se apresentam. A harmonização das normas contábeis vem sendo exigida pelos diversos países integrantes de

dificuldades. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 105, p. 46-54, agosto de 2001.

KOLIVER, O. A harmonização das normas contábeis no contexto regional Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, ano XXIV, n° 93, v. 94, p. 13-19, maio/junho de 1995a.

KOLIVER, O. A realidade econômica internacional e a profissão contábil. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, ano XXIV, n° 92, p. 25-32, março/abril de 1995b.

MEIRA, M. E. et. al. O mercosul no contexto da integração continental: as profissões dos arquitetos, engenheiros, agrônomos e agrimensores no Mercosul e na ALCA. Porto Alegre: CONFEA, CIAM: Comitê Executivo Brasil, CREA/RS, 1997.

MELLO, I. P. de. A inserção do Mercosul na economia mundial. In: BRANDÃO, A. S. e PEREIRA, L. V. (Org.). Mercosul: perspectivas de integração. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

ROSA, P. M. da. A contabilidade no Mercosul. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, P. M. da e ABREU, A. F. de. Informação e globalização – o impacto na profissão contábil. Revista Enfoque – Reflexão Contábil. Maringá: UEM, n. 16, p. 53-57, janeiro/junho de 1998.

Fabiano Maury Raupp
e-mail: fabianoraupp@hotmail.com

âmbito do Mercosul, com destaque para as diferentes formas de classificação e contabilização do Ativo.

É consenso que o êxito do Mercosul depende da forma com que a economia do bloco consiga interagir entre si. No entanto, este não é um processo fácil, devido às várias diferenças que os países-membros apresentam, tanto no campo técnico, como no campo econômico, político e social.

Desse modo, conclui-se que as divergências nos grupos do Ativo, no Balanço Patrimonial divulgado pelos países-membros do Mercosul, são tão expressivas que não se vislumbra a possibilidade de harmonização das normas contábeis nesse bloco econômico.

Artigo recebido em Outubro de 2004 e aprovado para publicação em novembro de 2004

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEUREN, I. M. e BRANDÃO, J. F. Demonstrações contábeis no Mercosul: estrutura, análise e harmonização. São Paulo: Atlas, 2001.

CASELLA, P. B. Mercosul: exigências e perspectivas - integração e espaço econômico. São Paulo: LTr, 1996.

CASTRO NETO, J. L. de. Contribuição ao estudo da prática harmonizada da contabilidade na União Européia. 1998. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, FEA/USP. São Paulo.

FLORÊNCIO, S. A. e L. e ARAÚJO, E. H. F. Mercosul hoje. São Paulo: Alfa Omega, 1996.

KOLIVER, O. A integração, a harmonização e a regulamentação da profissão contábil em um mundo globalizado – panorama das

blocos econômicos, cuja necessidade é o entendimento das informações contábeis por eles evidenciadas.

Considerando-se que a Contabilidade passa a atender não somente ao mercado interno, mas também ao mercado e investidores de diversos países, precisa, assim, harmonizar suas normas contábeis. No entanto, Beuren e Brandão (2001) colocam que o processo de harmonização contábil no âmbito do Mercosul enfrenta alguns aspectos dificultadores, como as diferenças no grau de desenvolvimento da profissão nos países-membros, a influência da legislação nos procedimentos contábeis, a falta de uniformidade nas práticas determinadas por órgãos reguladores da profissão contábil, diferenças substanciais na normatização contábil e as divergências no conteúdo das demonstrações de divulgação obrigatória no âmbito do Mercosul.

Diante desse contexto, o estudo tem como objetivo formular uma hipótese acerca da harmonização das normas contábeis no Mercosul. Assim, inicia com as modalidades de integração econômica. Na seqüência, explicita a necessidade de harmonização das normas contábeis. Em seguida, aborda as divergências dos grupos do Ativo no Balanço Patrimonial divulgado pelos países-membros do Mercosul. Por fim, são apresentadas as considerações finais, a partir da realização deste estudo.

MODALIDADES DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Nos últimos anos, é crescente o fenômeno da globalização de economias, com seguidas quebras de barreiras ao livre fluxo comercial de produtos - bens e serviços. Segundo Mello (1997, p.77), “um dos aspectos mais marcantes da evolução da economia internacional nos últimos tempos tem sido a aglutinação dos países em blocos ou superblocos”.

Várias são as modalidades de integração econômica entre países, dependendo de interesses mútuos e da própria

evolução desses acordos. A seguir, apresenta-se cada uma dessas modalidades.

a) Zona de Preferência Tarifária - ZPT

A Zona de Preferência Tarifária (ZPT), de acordo com Rosa (1999, p.24), “consiste apenas em assegurar níveis tarifários preferenciais para os países-membros do grupo, ou seja, esses países passarão a trabalhar com tarifas inferiores às cobradas de países não pertencentes ao grupo”.

b) Zona de Livre Comércio - ZLC

As Zonas de Livre Comércio (ZLC), conforme Rosa (1999), representam um modelo de integração econômica que consiste na eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias incidentes sobre o comércio entre os países envolvidos.

Casella (1996, p.34) destaca que a ZLC “pressupõe a eliminação de tarifas e barreiras não tarifárias, sejam estas técnicas, fito-sanitárias, quantitativas ou de qualquer natureza, que acarretem restrições ao comércio entre os Estados integrantes”.

c) União Aduaneira - UA

Esta modalidade de integração consiste em acrescentar à Zona de Livre Comércio uma Taxa Externa Comum. Para Rosa (1999, p.25), “aplica-se a mesma tarifa para os produtos importados provenientes de países não pertencentes ao grupo”.

d) Mercado Comum - MC

Casella (1996) expõe que o Mercado Comum acrescenta aos requisitos dos modelos anteriores a supressão de barreiras à livre circulação de pessoas, serviços, mercadorias e capitais entre os Estados-membros, bem como exige grau mínimo de coordenação e harmonização de políticas econômicas, em setores vitais da economia integrada.

conta do Ativo Diferido, pois correspondem a franquias, direitos de marcas, patentes ou outros intangíveis que representem possibilidade de renda futura. Para valores intangíveis, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai reservam conta específica no Ativo, denominada Ativos Intangíveis. Ressalta-se que, na Argentina, os pagamentos antecipados para aquisição de Bens de Uso também são contabilizados nessa conta.

e) Ativo Diferido

Esta classificação não é encontrada no Balanço Patrimonial da Argentina, do Paraguai e Uruguai. Beuren e Brandão (2001) aduzem que corresponde, no caso brasileiro, às aplicações de recursos na fase pré-operacional e que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. Tais aplicações são evidenciadas na conta de Ativos Intangíveis dos países referidos.

Diante dessas discussões percebe-se que há problemas conceituais, além de terminológicos, que impedem a harmonização das normas contábeis no âmbito do Mercosul. Neste sentido, elaborou-se uma hipótese que se configura como uma tentativa de solução para o problema, uma vez que o aceita como insolúvel:

As divergências nos grupos do Ativo, do Balanço Patrimonial divulgado pelos países-membros do Mercosul, são tão expressivas que aparentemente não há possibilidade de harmonização das normas contábeis nesse bloco econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões propiciadas a partir do estudo retratam algumas características particulares da Contabilidade nos países-membros do Mercosul, que, por sua vez, configuram-se como aspectos dificultadores na harmonização das normas contábeis nesse bloco econômico. Tal situação fica clara à medida que se observam as divergências nas normas contábeis utilizadas no

a) Despesas Antecipadas

Beuren e Brandão (2001, p.118) explicam que este “grupo de contas existe apenas no Balanço Patrimonial do Brasil, que representa a contabilização dos pagamentos antecipados dos benefícios que serão recebidos durante o exercício seguinte”.

b) Estoques

Segundo Beuren e Brandão (2001), no Uruguai e na Argentina, os pagamentos realizados antecipadamente, referentes a aquisições para estoques, são contabilizados na conta de Bens de Câmbio ou Troca. O Paraguai e o Uruguai podem também registrar os gastos antecipados dessa natureza na conta Créditos ou Contas a Receber.

No que concerne à avaliação dos estoques, Rosa (1999) ressalta que entre Brasil, Paraguai e Uruguai basicamente não há conflitos, e os critérios adotados estão de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade. A Argentina, porém, utiliza-se de critérios não recomendados pelas NICs, mas das normas e procedimentos contábeis utilizados pelos norte-americanos.

c) Bens de Uso

Beuren e Brandão (2001, p.118) colocam que “essa classe de contas no Brasil denomina-se Imobilizado. Nela são contabilizados os bens e direitos tangíveis e intangíveis da sociedade, enquanto nos demais países pesquisados são registrados apenas os valores referentes a itens tangíveis, ou seja, bens físicos”.

Conforme Rosa (1999), os critérios de avaliação do Ativo Imobilizado, com exceção da Argentina, que tem como prioridade a utilização de valores correntes, os países basicamente utilizam-se de critérios semelhantes, ou seja, do custo histórico e/ou custo corrigido. Apenas em casos excepcionais, no Paraguai aceita-se o valor de mercado.

d) Ativos Intangíveis

Segundo Beuren e Brandão (2001), no Brasil não há essa divisão. São contabilizados nas contas de Ativo Imobilizado ou na

e) União Econômica e Monetária – UEM

Florêncio e Araújo (1996) explicam que esta modalidade de integração econômica ocorre quando existe uma moeda única e uma política monetária inteiramente unificada, conduzida por um Banco Central Comunitário.

Para Rosa (1999, p.26), “enquanto no Mercado Comum os países condenam suas políticas macroeconômicas, na União Econômica e Monetária a política macro é comum para todos”.

Identificadas as modalidades de integração econômica, infere-se que há uma progressiva integração dos mercados internacionais. Inicia-se com acordos simples e parciais, evoluindo até chegar à integração mais ampla, inclusive de moeda, como é o caso da União Européia.

Visando o crescimento do comércio, diversos esforços foram realizados por países para criar organizações desta natureza, tais com: ALALC - Associação Latino-Americano de Livre Comércio, NAFTA - Acordo de Livre Comércio da América do Norte, ANPEC - Asia Pacific Economic Corporation, União Européia e o Mercosul - Mercado Comum do Sul.

NECESSIDADE DE HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS

Diante do cenário de globalização da economia e para se adaptar a esse novo contexto, os países passaram por transformações. Para fazer frente a essas transformações, os países se uniram formando blocos econômicos, ou mesmo firmando acordos comerciais, com o objetivo de obterem competitividade.

De acordo com Rosa e Abreu (1998), nas últimas décadas fortaleceu-se idéia de blocos continentais. Assim, está sendo valorizado o propósito de integração na América Latina, onde se busca a consolidação do Mercado Comum do Sul, que

necessariamente forçará o aprimoramento dos recursos materiais, tecnológicos e humanos.

No tocante à Contabilidade, faz-se necessária uma adequação ao objetivo de atender as necessidades de informação que surgem a partir da formação dos blocos econômicos. Portanto, cabe discutir as informações contábeis, já que essas informações estavam dirigidas, até pouco tempo, a assessorar empresas que atuavam apenas em um mercado regional. Rosa e Abreu (1998, p.53) dizem que:

com a formação de parcerias e empresas binacionais e/ou multinacionais, cresce a necessidade de estudos que viabilizem informações que possam ser compreendidas por usuários de qualquer país. Para isso é necessária a harmonização das práticas contábeis entre os países interessados. Outro ponto bastante discutível é a definição do novo perfil do profissional da contabilidade num mercado integrado.

Percebe-se que a formação dos blocos econômicos impacta de forma significativa a Contabilidade. Cabe, portanto, uma discussão e análise deste impacto pelos profissionais contábeis, visando à consecução do objetivo final da Contabilidade, que é prestar informações adequadas aos usuários.

Neste sentido, Koliver (2001) aduz que as palavras globalização, harmonização e integração encontram-se na ordem do dia, e a maioria das pessoas encara o fenômeno nelas expresso como uma fatalidade, e alguns chegam mesmo a referir-se a ele com um fervor quase místico. Dentro do processo de globalização da economia e integração dos países sob a forma de blocos econômicos, é de fundamental importância a harmonização das normas contábeis com o objetivo de tornar mais eficiente e eficaz essa integração.

ARGENTINA FACICET n. 8 e 9*	BRASIL CFCEBCT 3	PARAGUAI Resolução n. 5/92	URUGUAI Decreto 103/991
ATIVO	ATIVO	ATIVO	ATIVO
ATIVOS CORRENTES	ATIVO CIRCULANTE	ATIVOS CORRENTES	ATIVO CORRENTE
Caixa e Bancos	Disponível	Disponibilidades	Disponibilidades
Investimentos	Créditos	Investimentos Temporários	Investimentos Temporários
Créditos	Estoques	Créditos por Venda	Créditos
Bens de Troca	Despesas Antecipadas	Outros Créditos	Bens de Troca
Outros Ativos	Outros Valores e Bens	Bens de Troca	
ATIVOS NÃO CORRENTES	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	ATIVOS NÃO CORRENTES	ATIVOS NÃO CORRENTES
Créditos		Créditos por Venda	Créditos a longo prazo
Investimentos		Outros Créditos	Bens de Troca não correntes
Bens de Uso	Estoques	Bens de Troca	Investimentos a longo prazo
Ativos Intangíveis	Despesas Antecipadas	Bens de Uso	Bens de Uso
Outros Ativos	Outros Valores e Bens	Investimentos	Intangíveis
	ATIVO PERMANENTE	Ativos Intangíveis	
	Investimentos	Outros Ativos	
	Imobilizado		
	Diferido		
PASSIVO	PASSIVO	PASSIVO	PASSIVO
PASSIVOS CORRENTES	PASSIVO CIRCULANTE	PASSIVOS CORRENTES	PASSIVO CORRENTE
Dívidas	Obrigações	Dívidas	Dívidas
Provisões	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	Provisões	Provisões
PASSIVOS NÃO CORRENTES		PASSIVOS NÃO CORRENTES	PASSIVOS NÃO CORRENTES
Dívidas	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Lei 6.404/76)	Dívidas	Dívidas
Provisões		Provisões	Provisões não correntes
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PATRIMÔNIO CAPITAL
APORTES DOS AACIONISTAS	CAPITAL	APORTES DOS AACIONISTAS	APORTES E COMPROMISSOS A CAPITALIZAR
RESULTADOS ACUMULADOS	RESERVA	Capital	JUSTES AO PATRIMÔNIO RESERVA
	Reservas de Capital	Reservas Irrevogáveis	RESERVA
	Reservas de Lucros	RESERVA CAPITAL	RESULTADOS ACUMULADOS
	Reservas de Reavaliações	Primeira Emissão	
	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	Reservas de Reavaliação	
		RESULTADOS ACUMULADOS	
		Lucros Reservados	
		Resultados sem Destinação	

Figura 1: Apresentação do Balanço Patrimonial, Balanço Geral ou Estado de Situação

Fonte: Beuren e Brandão (2001, p.124-125)

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil exigida em todos os países-membros do Mercosul, no entanto, podem ser encontradas algumas divergências. Beuren e Brandão (2001) explicitam que uma delas refere-se à divisão dos grupos do Ativo. No Brasil, o Ativo divide-se em Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Permanente - esta última classificação não há nos demais países-membros. As contas classificadas como Ativo Permanente, no Brasil, integram o subgrupo de Ativos Não-Correntes nas demonstrações contábeis da Argentina, do Paraguai e Uruguai.

Além das divergências na divisão dos grupos do Ativo, podem ser encontradas diferenças nos elementos que o compõem. A seguir, destacam-se algumas classes de contas e as divergências detectadas.

Os investidores e banqueiros tornam-se mais exigentes quanto aos tipos de negócios em que se envolvem e quanto à qualidade da informação financeira que solicitam, diante da multiplicidade de oportunidades. Eles solicitam informações financeiras que sejam internacionalmente consistentes.

Para Koliver (1995b), os avanços nas telecomunicações viabilizam a preferência dos investidores em diversificar seus portfólios internacionalmente. Assim, os contadores e assessores financeiros têm um papel primordial, devendo ter conhecimentos, contatos e perspectivas internacionais. Além disso, existem problemas para concretizar a dita globalização. Os países existem, e as diferenças entre civilizações também.

Alcançar um grau desejável de desenvolvimento de princípios e normas de Contabilidade, no âmbito do Mercosul, apresenta várias dificuldades. As diferenças existentes entre normas internacionais e nacionais de Contabilidade e de Auditoria estão cada vez mais maiores.

Segundo Koliver (1995b), as principais dificuldades para a harmonização das normas contábeis no Mercosul são: diversidade de pontos de vista que dizem respeito aos estados financeiros; diferença no grau de desenvolvimento da profissão contábil em diversos países; influência das leis fiscais nos estados financeiros; diferença entre os países com respeito aos dados econômicos básicos que afetam os informes financeiros; e falta de uniformidade nas práticas recomendadas na profissão contábil.

Além das dificuldades destacadas, há as divergências no conteúdo das demonstrações contábeis, de divulgação obrigatória local pelos países integrantes do Mercosul. Dentre as divergências, a mais expressiva é a assimetria dos grupos do Ativo, no Balanço Patrimonial divulgado pelos países-membros. Esta divergência é mais evidente no Balanço Patrimonial, no entanto, a sua forma de classificação e contabilização se reflete nas demais demonstrações de divulgação obrigatória. Na Figura 1, apresenta-se as diferenças no Balanço Patrimonial nos países-membros do Mercosul.

Sobre o significado do termo harmonização, Castro Neto (1998, p.58) afirma que:

a harmonização contábil pode ser conceituada como o processo de trazer os padrões contábeis internacionais para algum tipo de acordo tal que as demonstrações contábeis de diferentes países sejam preparadas segundo um conjunto comum de princípios de mensuração e disclosure.

Acredita-se que a harmonização das normas contábeis tenda a diminuir fronteiras e ajudar a fortalecer a integração entre países e blocos econômicos. Vale ressaltar que o próprio sucesso do contabilista, em sua atuação profissional no bloco econômico, também depende dessa harmonização.

Rosa e Abreu (1998) destacam que, para atuar com sucesso nos blocos econômicos, o contador necessariamente precisa conhecer algumas particularidades técnicas vigentes em cada país, tais como: regulamentação profissional, código de ética profissional, estrutura tributária, legislação fiscal, normas de contabilidade, normas de auditoria, normas para as empresas de capital aberto, formas de divulgação das informações contábeis pelas empresas, legislação trabalhista e outras.

No que concerne à necessidade de harmonização das normas contábeis, Beuren e Brandão (2001, p.122) mencionam que:

devido à ascensão cada vez maior dos blocos econômicos e das empresas transnacionais, vem-se consolidando a necessidade de comparabilidade das informações contábeis divulgadas internacionalmente pelos profissionais dessa área. Evidenciam-se, dessa forma, a importância da harmonização de normas e técnicas, bem com o

interesse de profissionais comprometidos e dispostos a contribuir para o desenvolvimento da contabilidade e sua utilidade para os usuários.

Para Koliver (1995a), são várias as razões que justificam e evidenciam a necessidade de harmonização contábil no âmbito internacional. A harmonização das normas é indispensável, sob várias óticas. Os motivos que sustentam esta assertiva são diversos, entre os quais ressalta os seguintes: o estritamente profissional, o empresarial, o dos investidores.

No tocante ao motivo estritamente profissional, percebe-se a dificuldade que enfrenta o profissional contábil, no exercício da sua profissão, em um país integrante do Mercosul que não seja o de sua origem. Além das normas diferenciadas, há também tratamentos diferenciados para os diversos elementos contábeis. Koliver (1995a, p.17) afirma que:

não havendo identidade das normas técnicas, o profissional que vier a trabalhar em dois países (ou mais) ou mesmo lidar com elementos contábeis - registros, demonstrações, relatórios, análises, projeções, simulações, etc. - gerados em dois ou mais países do bloco econômico, deveria ser capaz de raciocinar concomitantemente com distintos universos, o que, convenhamos, é muito difícil e, ademais, esforço vão.

De forma semelhante ao profissional contábil, tanto os empresários como os investidores necessitam de normas contábeis harmonizadas. Tal ocorre por terem que analisar as informações contábeis das empresas, algumas delas localizadas em países diferentes. Apesar dessas empresas atuarem no mesmo ramo de atividade em todos os países, deparam-se com fatos contábeis

idênticos tratados pela Contabilidade de forma diferente, dependendo do país em que se encontram.

Por outro lado, alguns investidores decidem por investimentos em distintos países. Para efetuar o investimento, a análise das demonstrações contábeis torna-se essencial, a fim de que se possa conhecer a situação econômico-financeira da empresa. Koliver (1995a) afirma que, para o bom funcionamento do mercado de capitais, a harmonização das normas contábeis é particularmente imprescindível, pois todas as pessoas a ele ligadas dependem, preponderantemente, das informações contidas nas demonstrações contábeis publicadas, eventualmente acompanhadas de alguns esclarecimentos adicionais.

Neste sentido, ressalta-se a importância que deve ser dada ao esforço da classe contábil em relação à harmonização internacional das normas contábeis. São muitos os motivos que justificam essa harmonização, principalmente a necessidade das informações contábeis serem entendidas em todos os países integrantes de um mesmo bloco econômico. No entanto, as normas apresentam várias divergências que acabam dificultando a sua harmonização, em especial as divergências nos grupos do ativo, no Balanço Patrimonial divulgado pelos países-membros do Mercosul.

AS DIVERGÊNCIAS NOS GRUPOS DO ATIVO NO BALANÇO PATRIMONIAL DIVULGADO PELOS PAÍSES-MEMBROS DO MERCOSUL

Acredita-se que a estratégia ideal, para provocar uma melhoria real no desenvolvimento dos países, seria a globalização. No que se refere à profissão contábil, a globalização tem a ver com a internacionalização.